

A perspectiva da escolha pública e a tendência institucionalista de Knight*

Antonio Maria da Silveira**

Sumário: 1. Introdução; 2. A comunhão catalático-marxista; 3. O “homem-como-o-conhecemos” segundo os cataláticos; 4. O sonhado precursor; 5. O pai ancestral: uma suspeita; 6. O *pedigree* ricardiano: o vício; 7. Conclusão.

Palavras-chave: vício ricardiano; escolha pública; realismo.

A análise detalhada de pequena amostragem de trabalhos dos principais protagonistas da “revolução” da escolha pública é uma revelação. Considera-se o papel aparentemente legitimador de Knight, concluindo-se por suas afinidades maiores com a economia comportamental. Expõem-se suposições e motivações básicas compartilhadas com marxistas, assim como infundáveis pontos de contradição. As inevitáveis contradições que surgem da complexidade e da parcialidade de teorias são distinguidas das que se originam no vício ricardiano. As linguagens de economistas puros, sociais e profissionais são identificadas e criticamente examinadas.

A close scrutiny of a sample of the works of the chief protagonists of the public choice “revolution” is a revelation. Knight’s legitimizing role is considered, and his affinities with behavioral economics are established. Endless cases of contradiction, basic assumptions and motivations which have much in common with Marxism are detected. Distinction is made between the contradictions assignable to the Ricardian vice and unavoidable contradictions arising from the complexity and partiality in the theories. The languages of abstract, applied and professional economists are identified and critically examined.

1. Introdução

Busco, principalmente recolocar a equilibrada posição de Knight na história do pensamento econômico. Seguindo-o numa dimensão maior, procuro distinguir os que percebem a existência de um lado econômico em todo fenômeno social, daqueles que tudo reduzem a uma ou outra interpretação econômica. Ao vício ricardiano destes, contraponho a consciência daqueles sobre a indeterminação do conhecimento científico.

A escolha pública e outras extensões do marginalismo, construídas para a análise de fenômenos estranhos a seu campo tradicional de investigação, são aqui chamadas de *catalaxia*. Sigo, assim, mas apenas parcialmente, o protagonista maior desse movimento acadêmico, Buchanan (1985:20), que se junta a Hayek na proposta de substituir *marginalismo* por *catalaxia*. Hicks (1980:212) também o faz, acatando von Mises, além de Edgeworth, entre outros economistas do século passado.

Baranzini e Scazzieri (1986:22-4) seguem Hicks, mas referem-se à adoção mais abrangente, por R. Wateley, do adjetivo *catalática* para descrever a economia como um todo. Lembram também a reação de Mill contra tal pretensão. Schumpeter (1986:536) expôs estes fatos

* Artigo recebido em fev. e aprovado em mar. 1995.

** Professor da EPGE/FGV e da FEA-IEI/UFRJ. O autor dedica este trabalho a Anna Luiza Ozório de Almeida (1944-94). Agradece ao prof. Herbert A. Simon e a Antonio Henrique Pinheiro Silveira, por críticas e sugestões, além do CNPq, pelo apoio financeiro.

antes deles, evocando a possível reação dos críticos: “Como! — Economia Política, a ciência do destino econômico da humanidade, inteiramente reduzida a uma miserável teoria de barganha!”

Reduccionismo semelhante informa a visão de Buchanan (1985:20). Assim, percebendo a importância de identificar separadamente as extensões do marginalismo a novos campos fenomenológicos — já chamadas de imperialismo econômico —, assumo o conjunto de palavras: *catalaxia*, *catalático*, *catalaticismo*.

Este é meu terceiro artigo sobre a catalaxia. Como nos precedentes, baseio-me na abordagem “como se”, de Harry Johnson (1971), às revoluções keynesiana e monetarista. De fato, o que este autor conduz é uma interpretação marginalista do comportamento dos líderes revolucionários, constituindo-se, assim, em catalático, pioneiro na extensão da análise para o estudo dos cientistas.

Johnson não se apresenta, entretanto, como catalático típico, pois seu trabalho visa complementar a sociologia do conhecimento, não substituí-la. Cientistas são modelados como agentes marginalistas, isto é, *como se* fossem homens econômicos em suas interesseiras buscas de sucesso. Além da qualidade da realização científica, Johnson revela cinco requisitos para o sucesso de revoluções, ou seis para o caso de contra-revoluções.

A análise focaliza apenas os embates revolucionários, ou “dissensos paradigmáticos”, segundo a denominação de Kuhn (1971), em sua interpretação sociológica ou histórico-filosófica da evolução da ciência. A análise explica muito bem o próprio movimento da escolha pública. É *como se* seus principais protagonistas pautassem estrategicamente a ação, procurando conscientemente cumprir os requisitos de sucesso satisfeitos pelos movimentos anteriores.

Só considero aqui o requisito adicional das contra-revoluções, ponto não discutido antes: encontrar um grande pioneiro pré-revolucionário, um economista eminente cuja contribuição possa ser de alguma forma interpretada em termos da contra-revolução. Utilizo o tema como “fio da meada” para a organização deste trabalho.

Procuro manter o clima descontraído e informal desenvolvido por Johnson, que usou do humor para compensar a dimensão conspiratória subjacente à própria abordagem *como se*. Refiro-me a Buchanan e Tullock, ou ao primeiro apenas, quando falo dos cataláticos. De meu trabalho anterior, preciso reconsiderar rapidamente o requisito número um para o sucesso.

Antes de tudo, revoluções necessitam de uma causa social. Keynesianos elegeram desemprego, monetaristas inflação. Precavidos, cataláticos parecem ter mais de uma, mas *liberdade pessoal* é o destaque. Trata-se, no entanto, de eufemismo para o desgosto com o papel ascendente do governo na economia, pois *governo mínimo* é tudo o que se mostra efetivo.

Quando da revolução keynesiana, a proposição central dos ataques à ortodoxia marshalliana foi “a tendência natural para o pleno emprego”. Monetaristas concentraram-se, por sua vez, em “a moeda não importa”, atribuindo-a à então ortodoxia keynesiano-neoclássica: Johnson ignora os pós-keynesianos, e o que chama ortodoxia tem correspondência com a “ciência normal” em Kuhn.

“O homem econômico não importa” é a proposição em que ataques cataláticos se concentram. Procuram assim realçar o irrealismo da hipótese de homem político, a qual é usada na ciência política ortodoxa, e se encontra implícita na economia do bem-estar, no keynesianismo e no monetarismo do período em pauta, décadas de 60 e 70 — os dois construtos desiguam-se apenas pela motivação, que se reduz ao interesse próprio no homem econômico, e público no homem político (Brunner & Meckling 1977:71-5).

Monetaristas são *como que* poupados pelos cataláticos, no que transparece o jogo político dos embates acadêmicos. Os demais são acusados de “mudança de canal” (*gear-switching*) por conduzirem a análise usando o homem econômico no setor privado, e mudarem para o homem político no setor governamental (Buchanan & Tullock, 1965:20).

Cataláticos chegam a acusá-los de perceberem políticos como “déspotas benevolentes”, e até mesmo “eunucos econômicos”. Buscam realçar, assim, o fato de o homem político não possuir dimensão interesseira; mas usam a expressão para seres humanos também, ao chamarem economistas matemáticos de eunucos ideológicos, além de parasitas e ignorantes a respeito dos fundamentos da economia (Buchanan, 1985:14).

Como solução, homem econômico é a hipótese catalática comum para agentes econômicos e políticos. Isto é tudo que é necessário conhecer do artigo anterior para o entendimento deste.¹ O livro paradigmático da catalaxia é o hoje clássico Buchanan e Tullock (1965). Dentre as publicações lidas, analisei também detalhadamente Buchanan (1985), o livro-coletânea de artigos então mais recente, e a Conferência Nobel (Buchanan, 1987).

A seção 2 deste artigo trata da controvérsia sobre a adoção de indivíduo ou grupo como unidade analítica, e do problema da motivação política ou ideológica no trabalho acadêmico. As seções 3 e 4 focalizam percepções contrastantes sobre o *homo sapiens*, e seus construtos teóricos. As três seções constituem uma parte de meus estudos sobre a ambiência espaço-temporal da escolha pública, sobre suas relações com outros movimentos acadêmicos, e suas hipóteses e motivações básicas.

Minha ênfase nas contradições e politicagens que permeiam os trabalhos dos principais protagonistas desse movimento pode ser vista como resposta à acusação, nestes mesmos termos, que eles lançam sobre trabalhos de escolas concorrentes. É mais do que isto, contudo, pois o problema é geral na literatura econômica. Procuro exemplificá-lo devidamente nas duas últimas seções, tomando a catalaxia como caso extremo: a correspondência na análise de Kuhn estaria na natureza circular e persuasiva dos debates paradigmáticos.

Os trabalhos cataláticos não levam em conta aspectos cruciais da realidade, mas são escritos como se o fizessem. Pode-se constatar, assim, uma ostentadora manifestação do vício ricardiano. Uma das causas parece ser a ânsia de participar da política cotidiana nacional, onde esses autores se percebem como legionários da *liberdade pessoal*.

Observa-se uma aparente inconsciência sobre o alto nível de abstração de seus trabalhos teóricos, ou a tentativa de esconder este fato. De qualquer forma, a realidade é “procusteanamente” descrita, numa confusão entre considerações teóricas, práticas e políticas. Isto conduz inevitavelmente à questão geral da aplicabilidade de teorias.

Na seção 5, procuro, então, mostrar como ciências puras e aplicadas usam linguagens diferentes. As últimas demandam, quando propriamente conduzidas, que o raciocínio mantenha a vaguidade com a qual a realidade se apresenta. Na seção 6, mostro como trabalhos científicos e profissionais também se utilizam de linguagens distintas. Os últimos exigem, quando eficazes, que o raciocínio leve em conta especificidades com as quais a realidade se manifesta.

¹ Da monografia *The public choice sedition: variations on a theme by Buchanan* (Cambridge, Clare Hall, 1989), derivei dois artigos que, reformulados quando ainda em sabático na Universidade de Cambridge, deram origem aos três seguintes: “The public choice sedition: variations on the theme of scientific warfare” (Cambridge, Clare Hall, 1990, e *Anais da Anpec*, 1:147-66, 1990); “The public choice perspective and Knight’s institutionalist bent” (Cambridge, Clare Hall, 1990, e *Anais da Anpec*, 4:69-94, 1991); e “The indetermination of Senior” (Cambridge, Clare Hall, 1990, *Anais da Anpec*, 1:221-38, 1990, e *Revista de Economia Política*, 11:70-88, out./dez. 1991). Esta é a versão traduzida e revista do segundo artigo.

Por outro lado, tanto ciências aplicadas quanto trabalhos profissionais requerem, quando propriamente conduzidos, consideração para distintos “raios de luz” de teorias abstratas que podem ser mutuamente contraditórias. Estas, por seu turno, reduzindo-se a puras lógicas do fenômeno, não autorizam qualquer “simples sílaba de conselho” (Senior, 1938:3), isto é, qualquer conclusão normativa (denominei este fato de *indeterminação de Senior*).

Quanto aos precursores da escolha pública, cuja discussão organiza este artigo, na seção 2 mostrarei uma ascendência não-reconhecida, e certamente vista com repugnância: uma hipótese básica e uma forte motivação compartilhadas com marxistas.

Nas seções 3 e 4 dissociarei Frank Knight do papel legitimador em que catalíticos o colocam, ou da fantasiosa pretensão de tê-lo como precursor, indicando ainda a extensão da afinidade que demonstra ter com institucionalistas. Analisarei as contradições da catalaxia, e no processo apontarei um alternativo “pai ancestral”, Erasmo de Rotterdam (seção 5), discutindo em seguida um *pedigree* ricardiano: o vício (seção 6).

2. A comunhão catalático-marxista

Economistas, como físicos (Kuhn, 1971:37), ignoram e chamam de não-científicos todos os aspectos de um fenômeno que não podem ser explicados por suas teorias. Quando tal prática se mostra, entretanto, implausível, jogam o inexplicável para fora de sua ciência com variados graus de menosprezo.

Um exemplo é o tratamento dispensado por Friedman, Machlup e Mason à antítese comportamentalista da microneoclássica, como registrado por seu protagonista principal, Simon (1979:276-7). Outro é proporcionado por Stigler (1960:45), em surpreendente afirmação a respeito da influência de teorias evolucionárias na perspectiva ou visão econômica.

Stigler afirma que a teoria de Darwin “(assim como a teoria da história de Marx) tem aumentado nossa consciência sobre a maleabilidade das instituições econômicas e dos homens”: a surpresa, naturalmente, é a aceitação da maleabilidade. Mas observe-se como Marx é colocado entre parênteses, e jogado para fora da economia.

Algo semelhante pode ser visto em Buchanan (1985:4): “e estas idéias [leigas sobre exploração no capitalismo] encontrariam pretensa legitimidade intelectual nas inúmeras variantes da dialética marxista, a ‘ciência do desenvolvimento histórico’”.

Hicks considera a possibilidade de interpretar o marginalismo como contra-revolução frente ao socialismo, mas acaba por negá-lo por causa da falta de evidência nos escritos de Walras-Menger-Jevons. Acusa, entretanto, variável motivação anti-socialista na geração seguinte, particularmente no triunvirato Pareto-Mises-Wicksell, e adiciona, em nota de rodapé: “É em seu livro em finanças públicas, *Finanztheoretische Untersuchungen*, que Wicksell (1896) leva seu individualismo aos níveis mais extremos”.

Sendo extensão do marginalismo, a catalaxia poderia ter sido explicitamente deslançada como contramovimento em face do marxismo. Sendo anti-socialista proeminente, Wicksell seria inquestionavelmente o grande precursor desde o início. Perda da liberdade pessoal, déficit, crescimento do governo, dirigismo, todos os temas cataláticos maiores são proxima-mente conectáveis e facilmente entendidos, pelos menos avisados, como marxismo.

O monetarismo, tendo Fisher como precursor, e inflação como causa social, pareceria então parte da catalaxia. O *tour de force* de persuadir economistas de que “mercados são basicamente instituições políticas” (Buchanan, 1985:262) tornar-se-ia bem mais concretizável.

Nem muito esforço seria necessário para resolver o problema de o “teorista da história” ser simultaneamente economista e não-economista. Vaguidade é sua marca e, afinal, “*B é ambos, A e não-A*” está no cerne não somente da dialética hegeliana, mas também da obra de Marx (Georgescu-Roegen, 1967:32). Todas as considerações apriorísticas levam, assim, à expectativa de um severo tratamento do marxismo pelos cataláticos. Mas “deixemos que os dados falem por si mesmos”.

O individualismo metodológico, hipótese básica da catalaxia, é foco de um debate econômico maior, sobre o indivíduo ou o grupo como unidade analítica correta; posiciono-me pelo mais acertado reconhecimento da precariedade de ambos. Tomando o último, a questão reduz-se a por que e quando classes se constituem em unidades orgânicas legítimas. Os dados coletados mostram que a extensão das contradições cataláticas é muito significativa.

Observando primeiro o livro clássico (Buchanan & Tullock, 1965), existe uma asserção claramente depreciativa, descontando a possibilidade de indivíduos aceitarem, “de alguma forma indefinida, metafísica, a vontade do grupo decisor como se fosse deles mesmos” (p. 251).

Asserção mais forte encontra-se numa citação de Bentley, em rodapé, o qual vê a adoção do “todo social” como falta suficiente para exclusão do campo das ciências sociais (Buchanan & Tullock, 1965:342). Cataláticos declaram, contudo, que não chegam a tanto. Mais interessante é o fato de a nota de rodapé acrescentar um texto que concede “alguma utilidade” à teoria da coletividade, mas descarta sua aplicação nas democracias ocidentais (p. 11).

Há uma aceitação clara do conceito — “Sabemos, contudo, que grupos existem como algo à parte dos membros individuais” (Buchanan & Tullock, 1965:297) —, assim como de seu uso como unidade analítica, “Ao longo de nossa análise o vocábulo ‘indivíduo’ pode ser substituído por ‘grupo’ sem afetar significativamente os resultados” (p. 9)! A afirmativa é, entretanto, qualificada: “a escolha final (...) só pode ocorrer nas mentes individuais”.

A forma de fazer sentido do todo é supor comportamento estratégico. De fato, parece que cataláticos estão sempre conduzindo operações simultaneamente ofensivas e defensivas. Não é diferente a conclusão que se tira do livro mais recente (Buchanan, 1985).

Há uma negação clara e forte, “inexistem, e não podem existir, coletividades idealizadas (...) [pessoas em tudo] permanecem seguidoras de seus interesses privados e individuais (Buchanan, 1985:6). Numa análise comparativa, contudo, vê-se o indivíduo se perdendo numa identificação com a comunidade, quando se move dos EUA (ordem moral) para o Japão (comunidade moral) (ibid, p. 109 e 112):

“Existe *comunidade moral* entre um conjunto de pessoas na medida em que elas se identificam com uma unidade coletiva, uma comunidade, ao invés de se conceberem como indivíduos independentes, isolados.

As pessoas, lideradas ou líderes, não se comportam entre si como indivíduos separados em interação. Não se consideram de fato como unidades autônomas (...). A diferença aqui é que as entidades relevantes são coletividades ao invés de indivíduos.”

Não sei melhorar tal conceituação. O número de contradições é significativamente reduzido, mas ainda permanece elevado, quando se reconhece, como sugere a evidência, que cataláticos “mudam de canal” (cabe realçar o fato, pois estão sempre acusando essa “falta” em outros): fora das democracias ocidentais, a hipótese de comportamento grupal é legítima; não dentro, contudo — aqui não existe “mente grupal misteriosa” (Buchanan, 1988:6).

Considerando toda a evidência, bem como a intensidade variável das afirmações contra e a favor de grupos, chega-se surpreendentemente a uma espécie de empate. Um empate bem estranho, por certo. Eles votam na alternativa composta, “grupos existem e podem ser usados

como unidades analíticas”, assim como em sua oposta, restando ainda votos contraditórios nas diferentes combinações! A dialética não dá conta disso, muito menos a lógica.

É interessante lembrar que a legitimidade de supor grupos como unidades analíticas encontra-se hoje bem respaldada. Na ausência de inovação científica maior, sua negação é batalha perdida, mesmo no caso paralelo da química.

Como diz Georgescu-Roegen (1967:61), “sabemos bastante sobre cada elemento químico, mas isto é com mais frequência insuficiente para predizer todas as qualidades de um novo composto”. Em grupos sociais, infinitamente mais do que em compostos químicos, novas características emergem das próprias relações entre os participantes, e memórias permanecem quando relações são cortadas.

Outra constatação é o tratamento moderado concedido aos marxistas. Uma confissão do líder catalático ajuda a entender, mas é insuficiente (Buchanan, 1985:7): “De minha parte, posso ter uma empatia bem mais próxima com os que proferem o criticismo pseudomarxista contra o capitalismo monopólico, do que com aqueles que assumem argumentos sobre a benevolência potencial do Estado”. O “socialismo libertário” de sua juventude, como evidenciado na próxima seção, também ajuda, mas ainda não explica.

A explicação maior deve encontrar-se em algo mais profundo do que simpatias políticas. Sob a perspectiva da *laissez-faire* e do marginalismo, governos assumem naturalmente uma função redistributiva. Veja-se, por exemplo, Stigler (1983:264):

“Assim, estudos sobre efeitos de políticas regulatórias têm estado usualmente voltados para mudanças de preços e quantidades produzidas, embora os efeitos desejados, pelos que advogam tais políticas, estejam provavelmente na distribuição de renda. O aparato de medidas regulatórias pode ser usado para conduzir extensas redistribuições de renda, as quais não aparecem explicitamente no orçamento do Estado.”

Políticas são motivadas pela redistribuição de riqueza, governos conduzem redistribuições disfarçadas — até pela escassez de funções outras, pode-se acrescentar. Segundo Hicks (1980:211-2), marginalistas percebem a economia pela ótica da troca, enquanto marxistas pela ótica distributiva. Cataláticos, em sua extensão do marginalismo para a cobertura do comportamento político, mostram, assim, a superposição de perspectivas supostamente bem distintas.

“A proposição de que o governo é essencialmente uma comissão executiva dos eleitores interesseiros relevantes” ajusta-se perfeitamente à linha catalática de raciocínio. Substituindo-se “eleitores interesseiros relevantes” por “grupos que importam”, um procedimento legítimo de acordo com Buchanan, pode-se sentir um sabor marxista. Repondo-se “grupos que importam” por “classe burguesa” tem-se uma leitura literal do *Manifesto Comunista*, como citado por Schumpeter (1986:385).

Não obstante as diferenças nas teorias que constroem, o fato é que cataláticos e marxistas ortodoxos partem de motivações exclusivamente econômicas. Pode-se reforçar a evidência com Brunner (1978:662, 664):

“A essência da política é a redistribuição, e os conflitos políticos centralizam-se em questões redistributivas (ênfase do autor). (...) A natureza básica da estrutura política sugere a colocação do fato da redistribuição de riqueza na posição central da análise do governo, pelo menos no contexto das democracias modernas.”

A questão do comportamento individual ou grupal torna-se secundária; a da classe, terciária etc., em virtude da isolada dimensão auto-interesseira na raiz, ou seja, em virtude de uma percepção comum sobre a natureza da motivação humana, individualmente ou em grupos. A “mudança de canal” que marxistas fazem com o sistema político não é operativa antes

de o sistema ter mudado. Ambos, cataláticos e marxistas, conduzem uma *interpretação econômica* da sociedade capitalista.

Concordo, assim, com a “expediência” dos cataláticos quando mudaram o subtítulo original do seu livro clássico, mas discordo inteiramente da justificação em termos de “acidente terminológico” (Buchanan & Tullock, 1965:12-3):

“A abordagem de classe-dominante à atividade política é agudamente relacionada à nossa em um sentido terminológico infeliz. Por acidente histórico, a concepção de classe dominante, em sua variação marxista, tornou-se conhecida como concepção ou interpretação econômica da atividade do Estado (...). Este vocábulo (econômico) foi então mal usado e abusado a tal ponto que achamos expediente modificar o subtítulo original deste livro, de ‘Uma Teoria Econômica de Constituições Políticas’ para este correntemente usado.”

A julgar pelo que Schumpeter (1949:354-5) diz de Marx, os trabalhos dele e dos cataláticos compartilham o mesmo grau de contaminação ideológica e advocatícia. Schumpeter também aponta para o que pode ser chamado de *ânsia de participar*, como usual motivação do problema (p. 346): “A maioria dos nossos, não contente com sua tarefa científica, cede ao chamamento do dever público e ao desejo de servir ao país e a sua época. Assim fazendo, insere no trabalho seu esquema particular de valores e todas as suas políticas e politicagens”. Cataláticos encaixam-se de fato como exemplos extremos.

Cataláticos são radicais a ponto de perceberem a atividade acadêmica como meio de consecução de seus objetivos políticos, e de se imaginarem como porta-bandeiras da liberdade pessoal — exatamente como marxistas o fazem em termos de justiça social.

“Na primeira brochura do Centro Thomas Jefferson para Estudos da Economia Política e da Filosofia Social que Warren e eu preparamos juntos, declaramos que nosso propósito era formar uma ‘comunidade de acadêmicos que desejavam preservar uma ordem social baseada na liberdade individual’ (...) Nas poucas ocasiões que Warren e eu nos encontramos [desde 1968], contudo, senti que não houve mudança alguma em nosso consenso, longamente mantido, sobre propósito e objetivo de qualquer programa em economia política. Não tínhamos realmente necessidade alguma de discutir este comprometimento, conjuntamente mantido, sobre o que considerávamos a obrigação moral dos que estão em nossa disciplina” (Buchanan, 1985:9, 12).

Finalmente, este compartilhado e deslocado zelo religioso vem junto da usual intolerância disfarçada. Como analisado em meu artigo precedente, a sociedade pluralista para cataláticos significa apenas diferenças em gostos, não em valores (Buchanan & Tullock, 1965:303): “De fato, a adoção generalizada da moralidade judaico-cristã pode ser uma condição necessária para a operação de uma genuinamente livre sociedade de indivíduos” (*sic*).

3. O “homem-como-o-conhecemos” segundo os cataláticos

Cataláticos não se podem perceber como revolucionários, mas apenas contra-revolucionários, pois a mentalidade tipo lei-e-ordem assim o exige. Esta interpretação “psicológica” está consistente com o que se lê em Buchanan (1985). O autor descreve o que percebe como tipos mentais dos opositores das reformas constitucionais que advoca. Surpreendentemente, nota-se que os opositores interesseiros, particularmente a “irmandade” dos advogados constitucionais, são visivelmente tidos com desprezo, em contraste com os “anticonstitucionalistas genuínos”, os “anticonstitucionalistas desinteressados” (p. 57-8).

Trata-se de uma mudança de canal, para dizer o mínimo. O que deveria aparecer na interpretação catalática era a *consciente escolha interesseira* da parte de todos, como exemplificado exatamente pela “irmandade”. E no caso de autocaracterizações como revolucionários ou contra-revolucionários, popularidade na comunidade acadêmica relevante seria tudo o que importa.

Cataláticos estão sempre elaborando sobre precursores, no que também denunciam mentalidade contra-revolucionária: não se consegue ignorar as desconcertantes mas freqüentes referências aos “pais fundadores” dos EUA como precursores! Passando aos acadêmicos, Hume é listado entre os grandes pioneiros, e Spinoza, não Wicksell, ocupa a posição proeminente no livro clássico.

Mais tarde, Wicksell é premiado com reconhecimento exclusivo, “o primeiro precursor da moderna teoria de escolha pública” (Buchanan, 1985:23). Melhor ainda, é mais do que recompensado, e apropriadamente em Estocolmo, num encontro regional da Sociedade Mont Pelerin (p. 179): “Proponho confiar no conselho e assessoria do maior de todos os economistas suecos, Knut Wicksell (e sinto-me tentado a retirar o vocábulo qualificador ‘sueco’).” Pode-se, talvez, desculpar um entusiasmo excessivo em ocasiões festivas.

Declaração semelhante é, naturalmente, repetida na cerimônia Nobel (Buchanan, 1987:243-4). Nada disso se vê no livro clássico (Buchanan & Tullock 1965:8, 83, 197, 339); a última referência está nos apêndices dedicados a precursores, a seção obviamente apropriada para exame, e Wicksell ocupa nela uma modesta posição relativa.

É verdade que a importância de qualquer espécie de evento histórico é afetada pela ideologia e pelo campo de trabalho do analista (Schumpeter, 1949:346), mas é também uma variável datada. O ponto é óbvio, mas freqüentemente esquecido. Examina-se a importância de um autor em termos do estado-da-arte em certa data, ou dentro de um horizonte de tempo definido. A questão não é essa, contudo, pois se a posição relativa de Wicksell variou, isso ocorreu exatamente em função da própria escolha pública.

A interpretação econômica é outra. Em sua autobiografia, Simon (1991:319-20) descreve elementos da campanha que o levou ao prêmio Nobel, inclusive sua participação nela. Eis um exemplo (p. 322), significativo mas que não se coloca entre os mais saborosos (nesta linha, veja-se a neutralização da “habilidade de debate” de Friedman): “Antecipação da possibilidade do prêmio (a campanha por ele, para falar francamente), modificou minha vida um pouco, aloquei talvez 5% mais de minha energia para economia”.

Assim, a ascendência de Wicksell dentro da escolha pública pode ser explicada, pelo menos parcialmente, pela campanha que levou Buchanan ao prêmio — a interpretação econômica, na sua versão catalática, exigiria que se retirasse a incerteza e o qualificador, naturalmente.

Simon recebe uma indicação cordial no livro clássico. Em nota de rodapé, o leitor é dirigido a seu trabalho comparativo sobre hipóteses motivadoras em construtos de teorias econômicas e psicossociais. Isso é feito em apoio à declaração que surpreende: “um homem representativo ou típico pode, de fato, mudar frequentemente de canal enquanto se move de um domínio de atividade a outro” (Buchanan & Tullock, 1965:21). Sustenta-se ainda a declaração com um toque knightiano, “o homem é deveras um animal paradoxal”.

Ambas as referências ocorrem em resposta ao “aparente paradoxo” de economia e política adotarem distintos construtos para o ser humano. Mas tudo isso é contraditoriamente desconsiderado de duas maneiras. Primeiro, por uma declaração anterior, “ninguém parece ter explorado cuidadosamente [a mudança de canal]” (Buchanan & Tullock, 1965:20). Segundo, por uma posterior “explicação real”, que se reporta ao governo limitado do sécu-

lo XVIII (p. 21). Lê-se, ainda no final do livro uma asserção clara, enfática, e igualmente oposta, “uma mudança de atividade para fora do setor de mercado não pode, por si mesma, mudar a natureza do homem, o ator em ambos os processos” (p. 306).

Essa referência à “natureza do homem” evidencia seu entendimento como basicamente interesseiro, em contraste com o prévio reconhecimento de sua complexidade, como afirma na citação de Knight. Em outras palavras, agora o *homem econômico* capta a essência da natureza humana, o *homem econômico* é tudo que importa. Este é também o entendimento numa referência à obra de Spinoza (Buchanan & Tullock, 1965:313):

“Antes do mais, supõe-se que homens são motivados apenas por considerações interesseiras. Esta é a hipótese subjacente nos modelos com os quais Spinoza examina arranjos organizacionais alternativos. Ele afirma, de modo bem específico, que o comportamento humano é tratado como fato empírico, e que não faz qualquer tentativa de associar louvor ou condenação àquilo que observa.”

Note como uma “hipótese” rapidamente virou “fato empírico”! Devo desculpar-me por não entrar no trabalho de Spinoza, mas apenas seguir Schumpeter (1986:126-7) na reprodução “de uma sentença que, embora se refira a política e ética, todo economista deveria ser capaz de repetir em seu leito de morte: ‘Eu tentei diligentemente lidar com o assunto dessa ciência com a mesma isenção serena a que estamos acostumados em matemática’”.

A admoestação é o único uso que Schumpeter faz do “grande pensador”. É, assim, irônico que os economistas que mais se identificam como seguidores dele, sejam os de maior destaque no comportamento oposto. Retornando à natureza do homem segundo o contra-revolucionário mor, meu ponto é tranqüilo (Buchanan, 1985:119):

“Reforma construtivista [nos EUA da década de 80] é possível desde que instituições da ordem social sejam modificadas, de forma a fazê-las consistentes com as *realidades empíricas* do homem moderno como ele é, ao invés do homem como ele poderia ser, na esperança dos reformadores ingênuos de décadas passadas. Reformas institucionais e constitucionais não são equivalentes a reformas comportamentais, e não precisam depender criticamente de mudança na ‘natureza humana’.”

Novamente, a natureza humana é a sua dimensão econômica, não obstante outras percepções, as quais são desconsideradas como romancismo ou ingenuidade. A este reducionismo associa-se a luta por reformas da realidade e o menosprezo por reformistas adversários. Mas o reducionismo ocorre também para contornar aliados de outras escolas, como na necessariamente longa citação seguinte (Buchanan 1985:58):

“Para aqueles [romanescos] que buscam, através de criação e implementação de novas regras, modificar a essência da natureza humana, como desenvolvida culturalmente através de épocas, é bom que sejam repreendidos pelos que [como Hayek] insistem na não-maleabilidade dos elementos básicos da motivação e do comportamento humano. Existe, entretanto, o perigo de que esta perspectiva evolucionária simultaneamente derrube o entusiasmo por chances de reformas genuinamente viáveis, que são consistentes com o homem como o conhecemos. Este é particularmente o caso de cientistas e filósofos sociais que tenderiam, de outra forma, ao apoio substancial das propostas de reformas avançadas por constitucionalistas modernos (*sic*).”

Observe, primeiro, que a *política nacional* motiva esta qualificação da postura hayekiana. Entendo que Buchanan está sugerindo posicionamentos táticos para o sucesso de objetivos políticos! Segundo, um teórico evolucionário necessita obviamente manter um construto dualístico do ser humano, “O homem é um animal seguido de regras, tanto quanto um perseguidor de propósitos” (Hayek, 1973:11). Neste aspecto, Hayek transmite uma perspectiva da

escola neo-austriaca, a qual não se confunde com o extremo reducionismo catalático do “homem-como-o-conhecemos”.

Neo-austriacos aproximam-se de institucionalistas em suas percepções do ser humano — talvez devesse especificar “comportamentalistas”, mas o próprio Simon (1978:283) coloca-se qualificadamente como institucionalista, digamos, *à la Commons*. Simon de alguma forma encapsula as duas dimensões da personalidade, o seguimento de regras e a perseguição de objetivos, em sua racionalidade restrita, e caminha além ao contrastá-la com “irracionalidade” (Simon, 1957:200):

“Na explicação científica do comportamento humano, a moda oscila entre teorias que atribuem supremacia à razão e outras que reconhecem o predomínio das paixões. O movimento sincronizado que Freud e Pareto deram a este pêndulo (...) Obviamente, uma ciência social madura terá de acomodar ambos, intelecto e afeto (...).”

4. O sonhado precursor

O homem-como-o-conhecemos de Frank Knight nada também possui da percepção catalática. Sua apresentação mais colorida ocorreu cerca de 40 anos antes do livro de 1960, citado acima em referência ao “toque knightiano”; esse livro é uma coletânea de conferências ministradas na primeira capital da catalaxia, o Centro Thomas Jefferson, onde Knight inaugurava a série Eminentes Acadêmicos Visitantes.

Parece-me que Knight vem sendo usado pelos cataláticos numa espécie de papel legitimador ou, melhor ainda, dignificador. Trata-se de uma inovação, pois Johnson não detectou algo similar nos movimentos keynesiano e monetarista. Convém examinar, então, a contrastante percepção de Knight sobre a natureza humana; isso levará à constatação de sua afinidade com institucionalistas, e reforçará minha acusação de reducionismo na visão compartilhada por marxistas e cataláticos. Algumas passagens típicas da publicação mais antiga servem para ilustrar meu ponto (Knight, 1936):

“Um homem que nada tem com o que se preocupar, ocupa-se de imediato na busca de algo, arranja algum jogo absorvente, cai numa paixão” (p. 32), “(...) nós desejamos fazer coisas porque podemos, ou porque não podemos; ansiamos companheirismo, da espécie correta, mas o requisito de privacidade, solidão mesmo, é igualmente imperativo; gostamos do familiar, também do novo” (p. 30). “(...) O fato patente é que quando a dimensão biológica da motivação conflita com sua parte cultural, estética, ou moral — como mais ou menos sempre acontece —, a primeira é que cede” (p. 27). “(...) A vida não é fundamentalmente uma luta por fins, satisfações (...), a verdadeira realização é o refinamento e a elevação no plano do desejo, o cultivo do gosto. E deixem-nos reiterar que tudo isso é verdadeiro para a *pessoa atuante*, e não apenas para o observador, que filosofa depois do evento” (ênfase do autor, p. 22-3).

As referências ao último livro de Knight pelos cataláticos levaram-me a especular sobre possíveis mudanças em sua percepção, o que felizmente não ocorreu (Knight, 1960):

“A história faz os homens, muito mais do que os homens fazem a história” (p. 36). “(...) Uma coisa peculiar do homem é a capacitação para história (...), cultura” (p. 44). [Outras são:] “arte, senso de beleza” (p. 50), “(...) conexão entre arte e religião” (p. 51), “(...) poder de raciocínio [não distintivo; dificilmente seu traço predominante: supre os meios para ação], (...) sentimentos [mais distintivos: fornecem os fins para ação], (...) animal opinioso [seu principal uso da razão é buscar e dar razões para opiniões alcançadas em outras bases], (...)

senso de obediência à lei [mas, por razões muitas, é o descumpridor de leis do universo], (...) animal querelador [o que explica a queda de civilizações], (...) *homo sapiens* [seria isso um cumprimento?]" (p. 52-5). "(...) E este povo [seres humanos] exemplifica várias espécies de entidade. São mecanismos em que leis da física e da química prevalecem, organismos animais, e também indivíduos mais ou menos livres e inteligentes. Acima disso são, em extensão considerável, românticos, caprichosos, perscrutadores, e imprevisíveis" (p. 68) "(...) Se alguém se comporta com perfeita racionalidade econômica, não se comporta racionalmente como um ser humano (...) esse é o veredicto do senso comum" (p. 72).

É verdade que se pode encontrar afirmações cataláticas enquadráveis na percepção de Knight, "Sim, sabemos que (...) indivíduos são motivados por muitas considerações, e que estão longe de serem bem-informados ou racionais em seus comportamentos políticos" (Buchanan & Tullock, 1965:297). Curiosamente, aparecem como apartes, estratégias defensivas, ou revelam duplo pensar.

A percepção prevalente sobre a *natureza humana* — e não estou falando sobre construtos teóricos — opõe-se à de Knight, como o "realismo" mostrado acima, também reconhecido como "pessimismo" (Buchanan & Tullock 1965:266). Uma analogia irreverente seria dizer que Knight está para cataláticos assim como Cristo para a cristandade contemporânea, a qual é chamada pejorativamente por Knight (1960:56) de "igrejismo". E creio que a irreverência pode ser perdoada, tendo em vista asserções como a seguinte (Buchanan, 1985:3):

"Mas também observei que Warren Nutter e eu fomos convertidos [de 'socialistas-libertários'] para advogados veementes da organização de mercado da economia, no meu caso através de apenas seis semanas de exposição a ['meu professor'] Frank Knight."

A analogia não se ajusta bem à interpretação até agora mantida — o uso sub-reptício de Knight para legitimar a catalaxia —, a qual é, de fato, uma interpretação econômica da questão.

A analogia ajusta-se a interpretações psicológicas largamente utilizadas, inclusive por economistas. A suposição básica subjacente é encontrável em Schumpeter (1986:475), por exemplo, quando falando de Mill e Marshall: "economistas (...) podem homenagear um grande nome do passado de forma tal a esconder de si mesmos, e de outros, a distância toda do golfo que os separa dele".² É claro que as duas interpretações não são contraditórias, e que devem ser tidas como complementares.

Na disputa "satisfazimento" *versus* "maximização", Knight (1936:44) soa mais como precursor de Simon (ver, no apêndice, Simon comentando Knight):

"Trata-se de uma questão prática. Trabalha a faculdade de julgamento construindo alternativas e decidindo pela preferível? Ou trabalha ela formulando ideais e comparando-os com realidade e potencialidade, sendo estes, assim, indiretamente comparados entre si? Não há dúvida de que os dois métodos são usados, e ambos são úteis; mas defendemos que a formulação de ideais é uma etapa necessária em questões maiores e mais elevadas, nos problemas últimos da vida moral e social."

Knight volta-se aqui para a questão da aplicabilidade de teorias, mexendo talvez com economistas, e cataláticos em particular. No contexto, parece-me que sobra usualmente para economistas a lida com questões menores.

² Reder (1982:1-38) é uma referência para a comunidade de Chicago, particularmente para a situação peculiar de Knight.

Grandes questões requerem ideais, e a formulação de ideais ocorre com a passagem do tempo. O requisito significa especificação do irrevogável tempo histórico, e não apenas de reversíveis intervalos de tempo (Georgescu-Roegen, 1967:83-91). Isso é essencialmente o que caracteriza teorias evolucionárias, e o que também explica o reconhecimento, por Hayek, da dimensão seguidora de regra do comportamento humano.

O construto *homem administrativo*, de Simon, tem o “ideal” em seu nível de aspiração e apreende a “potencialidade” através de um processo de busca. Quando a “realidade” cai abaixo da aspiração, o homem administrativo conduz buscas sequenciais por uma alternativa aceitável, que iguale realidade e aspiração, ou faça a primeira exceder a última. A busca é encerrada pelo encontro dela (satisfazimento).

O nível de aspiração depende da realização própria no passado e da realização de grupos de referência, entre outros fatores, como a passagem do tempo e o próprio processo de busca (March & Simon, 1959:47-50, 182-3). O construto homem administrativo é assim compatível com abordagens históricas e evolucionárias.

Por outro lado, maximização e satisfazimento podem ser feitos teoricamente equivalentes no longo prazo, como o próprio Simon declara, e Hahn (1984:2), dentre outros, confirma. Mas não há prova disto, mostrando formalmente o que precisa ser deixado de fora, como os procedimentos de escolha (Simon, 1979:288-9) e, por certo, a passagem do tempo (tempo histórico ou evolucionário).

A presença de Simon no livro clássico de Buchanan e Tullock (1965) é uma questão menor. Primeiro, a insistência de Buchanan no “exorcismo da maximização” nada tem a ver com satisfazimento. E, por estranho que pareça, maximização permeia todo o seu raciocínio, tanto em trabalhos analíticos quanto em propostas políticas. Segundo, a já discutida referência para a explicação de mudanças de canal não passa de cerimonial, ou de política de “boa vizinhança”. Simon nem lida com o tema, onde Buchanan e Tullock o citam!

Há, contudo, pontos onde deveriam tê-lo citado. Por exemplo, uma qualificação seria indicada quando reduzem a “hipótese econômica” à sua essência mínima: escolha “mais” ao invés de “menos”. A defesa disso consiste na afirmação de que até agora ninguém construiu uma teoria a partir da hipótese oposta: escolha “menos” ao invés de “mais” (Buchanan & Tullock, 1965:18)!

Mesmo quando se leva em conta a natureza persuasiva do debate paradigmático e aceita-se, assim, a importância política de falar em “mais” *como se fosse* a única hipótese realista, não fica bem ignorar a alternativa teórica de Simon. A escolha do “bastante” em vez do “menos” (ou “mais”) precisava ter sido reconhecida, que fosse, em passagens menos importantes, por exemplo (Buchanan & Tullock, 1965:29).

Na questão da aplicabilidade de teorias, o golfo que separa Knight dos cataláticos ainda se mostra mais intransponível. Talvez a posição dele possa ser interpretada na linha do satisfazimento, como tentarei mostrar abaixo. Minha ênfase no antagonismo com cataláticos e na proximidade com institucionalistas deve, entretanto, ser qualificada com as próprias palavras de Knight (1960:80):

“Quando estou com um economista ortodoxo que expõe todos esses princípios econômicos como evangelho, sou um institucionalista entusiasmado. Mas quando falo com um institucionalista que advoga que tais princípios não fazem sentido algum, defendendo o sistema, defendendo a ‘ortodoxia’ que é tratada com tanto desprezo pelos seguidores de Veblen, e outros que usam a etiqueta institucionalista.”

Finalmente, cismo na possibilidade de que o comentário seguinte — feito, como o anterior, na capital da catalaxia — possa ser visto como uma admoestação do velho professor para seus mais diligentes, mas ousados, alunos, no afã de evitar o pior (Knight, 1960:47):

“Se há algum contra-senso que supere a teoria de contrato sobre a origem da sociedade humana, gostaria que me dessem um exemplo. (...) A sociedade humana é muito mais velha do que o indivíduo, no sentido de membro de uma sociedade individualista. (...) Os homens tornaram-se indivíduos, no nosso sentido, no curso da história recente — natureza humana e instituições evoluindo juntas. (...) A cultura foi a primeira grande emergência no caminho, definitivamente no caminho, do homem.”

5. O pai ancestral: uma suspeita

Haveria ainda mais precursores da sedição da escolha pública? Sim, “Maquiavel, ele mesmo, é o pai de todos esses modelos (...) [e] os teóricos e sociólogos italianos de finanças públicas, que trabalharam na última parte do século XIX” (Buchanan, 1985:39). *Quousque tandem?*

Pergunto, naturalmente, porque se repete a fórmula monetarista — nominalmente, Fisher e a ponte acadêmico-cultural na tradição oral de Chicago! Fisher mantém-se isoladamente como antecessor dos monetaristas, mas é verdade que esses poderiam ter facilmente encontrado tantos quantos quisessem.

É verdade também que em vista das peculiaridades da ambiência espaço-temporal dos cataláticos, em particular da dominância do embate entre keynesianos e monetaristas, é compreensível que um conglomerado de precursores tenha sido buscado. Esqueceram-se, entretanto, de Erasmo de Roterdã, contemporâneo de Maquiavel. A gravidade do esquecimento pode ser vislumbrada pela simples leitura da maneira em que se sintetiza a crítica da sociedade na sua obra-prima, *Elogio da loucura* (Erasmus, 1979:117):

“Resumindo, onde quer que se olhe, seja lidando com papas, juízes, autoridades, amigos, inimigos, ou qualquer um, do cume ao vale da escala social, pode-se comprar tudo com dinheiro, e, como o sábio despreza o dinheiro, é usualmente melhor distanciar-se dele.”

Comento três aspectos. Primeiro, não há ambigüidade quanto ao objetivo da ação: é dinheiro. Segundo, não há mudança de canal entre setores público e privado, mas uma bem conveniente entre sábios e os demais seres humanos. Terceiro, o livro tem uma conotação conspiratória, mas que se encontra de alguma forma mitigada pelo humor e pela arte. Quanto ao primeiro, não haveria também ambigüidade no descendente se a seguinte asserção representasse de fato o seu posicionamento (Buchanan, 1985:24):

“Se houver necessidade de operacionalizar a análise, argumentos específicos têm de ser introduzidos nas funções de utilidade. É preciso modelar indivíduos como perseguidores do interesse próprio, estreitamente definido em termos de posições de riqueza líquida medida, prevista ou esperada.”

Uma perfeita postura popperiana! Mas, como acontece com frequência inusitada, a asserção oposta é igualmente clara (Buchanan, 1987:337):

“Não há necessidade alguma de atribuir à riqueza líquida, ou à renda líquida, uma influência motivadora dominante no comportamento, a fim de produzir, em termos totalmente operacionais, uma teoria econômica da escolha em interações políticas ou de mercado.”

No segundo aspecto, o alternativo pai ancestral é culpado de mudança de canal apenas uma vez, enquanto descendentes vivem a fazê-la em toda parte, junto de incontáveis casos de contradição, duplo pensar, politicagem etc. A mudança de canal ou exceção para o sábio, entretanto, coloca em foco um aspecto embaraçoso da sedição catalática.

Cerca de 100 anos após a revolução marginalista, ou sua extensão marshalliana para o setor de produção, prolonga-se agora ela para o setor governo. E alastra-se concomitantemente para todas as formas de atividade social, com exceção do setor das ciências. Desconheço, contudo, qualquer catalítico que “despreze dinheiro”... Espero, pelo menos, que não estejam também preparados para se denominarem sábios. Todos, “do cume ao vale da escala social”, são homens econômicos, com exceção dos cientistas econômicos!

Caberia ser mantido o “eunuco econômico”, para usar a expressão de Buchanan, da extraordinária teoria evolucionária de Kuhn, ou de outras alternativas sociológicas? Afinal, por que não se estendeu ainda o marginalismo para explicar o setor científico? Naturalmente, a primeira dificuldade seria que a própria iniciativa se tornaria questionável.

A análise tornar-se-ia um meio de incrementar o interesse próprio do analista: isso fere frontalmente os mais profundos ideais do trabalho científico. Veja-se os termos em que Popper (1978:94) condena “essa forma degenerada da doutrina de Hume”. A segunda dificuldade seria justamente o sentimento existente de que interpretações sociológicas teriam sempre melhor desempenho na explicação do comportamento de cientistas: reconhecer isso implica a aceitação consciente da mudança de canal.

Passa-se do homem econômico para o homem sociológico numa de “ótimo factível”, numa abordagem de satisfazimento. Não significa que cientistas são “eunucos econômicos”, mas apenas que sociologia e economia são ciências parciais, cada uma com seu precário e limitado campo de aplicabilidade. Nesse sentido, mudança de canal não é contradição genuína, mas espúria.

A pequena dimensão econômica do comportamento do cientista, menor do que a dos políticos, espera-se, não parece, contudo, ser desprezível, e pode variar no tempo e no espaço. Assim, a extensão da catalaxia para cobrir o setor é um passo para seu melhor entendimento. Parafraseando Simon, como citado acima, uma ciência social madura terá de acomodar tanto a dimensão sociológica quanto a econômica e, mais importante (na minha visão), a dimensão afetiva.

A posição de Hicks (1980:208-9) sobre a economia pode ser apropriadamente estendida às ciências sociais, servindo como firme base para meu posicionamento. A complexidade do fenômeno é tal que as teorias “são faixas de luz que iluminam uma parte do alvo, deixando o resto no escuro”. Sua velocidade de mudança é tal que “a teoria que hoje ilumina as coisas certas pode iluminar as erradas noutros tempos”, e *mutatis mutandis*, acrescento.

Um meio de manter “nossa observação é construir teorias mais gerais”, outro é aprofundar nosso conhecimento da “história da economia” e, acrescento novamente, de outras ciências sociais. E permitam-me enfatizar que a extensão das teorias parciais existentes pode ser ainda um caminho para a consecução de teorias mais gerais.

Bem-vinda seja a catalaxia! Desenvolvi uma explicação para a mudança de canal, mas simultaneamente acusando a “falta” dos líderes catalíticos. Elogiei afirmações aparentemente contraditórias de Knight, mas enfaticamente revelando contradições reais dos catalíticos. É tempo de descer à raiz da questão.

Em sua discussão de problemas no caminho da revolução quântica, Heisenberg elabora sobre a estreiteza da lógica clássica e a necessidade de uma *lógica quântica*, tendo a primeira como caso limite. O problema tem sua origem em conceitos que não satisfazem o fundamental princípio da contradição (Heisenberg, 1963:156):

“Na lógica clássica pressupõe-se que, se uma proposição tiver algum significado, ou a proposição ou a sua negação tem que estar correta (...) *tertium non datur*, uma terceira possibilidade não existe (...). Na teoria quântica esta lei, *tertium nom datur*, precisa ser modifi-

cada (...). A lógica clássica estaria então contida em uma espécie de caso limite da lógica quântica (...).”

Georgescu-Roegen (1967:23-4) conduziu uma análise da mesma questão em economia. Ele define como “dialéticos” todos os conceitos que não atendem ao *tertium non datur* (ao tentar evitar os desentendimentos que tanto “lógica quântica” quanto “dialética” causam, acabei por encontrar denominação bem mais adequada em “dialógico”):

“Precisamos aceitar que, pelo menos em certas ocasiões, *A é tanto B quanto não-B* (...) embora não sejam *discretamente distintos*, os conceitos dialéticos [dialógicos] são, contudo, *distintos*. A diferença é esta. Uma penumbra separa o conceito dialético [dialógico] do seu oposto.”

Tome-se um problema prático, fora da economia, que toda sociedade livre precisa resolver: a decisão sobre idade do voto. Dezoito anos tem sido a resposta tradicional, e que possivelmente evoluiu de ponderações sobre maturidade. Mas 17 e 19 são igualmente bons, e igualmente arbitrários para os jovens que os completam no dia seguinte ao da eleição. Arbitrariedade quase igual ocorre na fixação mais liberal em 15 anos, ou na mais severa em 21. Indo além, 15 parece severo para muitos prematuros, e *mutatis mutandi*.

Há uma penumbra irremovível entre jovem e velho, não importa a questão em pauta, o que não significa dizer que não se sabe o que jovem e velho claramente significam: embora, na madrugada dos 50, seja compreensível um sonho com realidade outra... Na idade do voto, é fora de propósito sugerir cinco (ou 40) ou, pior, saltitar entre cinco, 18 e 40, de acordo com a conveniência, ou por outra razão qualquer. Isso seria obviamente um discurso dialógico contraditório, enquanto uma consistente opção por cinco (ou 40) exemplificaria viés aberrante, ou falsidade.

“O mundo tem uma forma desconfortável de não se deixar colocar em classificações nítidas” (March & Simon, 1959:1), e exaustivas, acrescento. A explicação ou linguagem dialógica mantém a penumbra onde ela essencialmente existe, sendo o raciocínio conduzido sem ignorar a nebulosidade com que o mundo se apresenta. O discurso sempre leva em consideração a fronteira nebulosa que circunda entidades reais e suas contrapartidas teóricas. As medidas, os números, são ordens de grandeza, ou intervalos dialógicos (Georgescu-Roegen, 1967:122):

“Adequadamente utilizado, um índice ou um agregado não se compara a um projétil, mas a uma espécie de chicle que recobre um alvo dialético [dialógico], como *padrão de vida* ou *produto nacional*.”

Uma idade do voto *precisa* ser fixada ou mantida. Sua escolha em 16 anos é um ato discricionário, exigindo desculpas como qualquer outro dentro do intervalo dialógico, alguns mais, alguns menos. É um exercício dentro dos graus de liberdade ainda existentes, depois da aceitação de maturidade como variável determinante e idade como seu indicador frouxo; ou apenas depois da aceitação da sabedoria do passado, marginalmente modificada ou não pela mudança dos tempos.

Assim, enquanto o trabalho teórico puro demanda o “espírito geométrico”, o teórico aplicado, que enfatizo chamando de trabalho teórico dialógico, requer *esprit de finesse* (Georgescu-Roegen, 1967:28-9). A natureza complexa e mutável do fenômeno torna dialógicos, em graus distintos, todos os conceitos econômicos. Todas as medidas tornam-se então “chicles” de grandezas variadas.

A natureza complexa e mutável das coisas dita uma limitação da lógica e, conseqüentemente, das teorias abstratas ou puras em economia. A multiplicidade das escolas de pensamento, fato inegável em todos os tempos, é evidência clara dessas limitações. Mas não há espaço para mergulhar nessa questão causal, e a análise seminal de Georgescu-Roegen

(1967:3-129) está bem atualizada. Confino-me, então, a este desenvolvimento do trabalho dele — nominalmente, a linguagem das teorias aplicadas é a dialógica —, e termino retornando a Erasmo.

Ainda não tratado é o terceiro aspecto que destaquei, o odor conspiratório que emana de seu livro. Aplica-se o mesmo aos escritos de seu rival — rival como pai remoto da catalaxia —, em extensão tal que seu nome é epônimo da coisa: teor maquiavélico, velhaco, astuto, estratégico..., teor conspiratório.

“Conspiratório” é talvez mais aplicável a escritos de marxistas radicais, porque combina o elemento de comportamento ardiloso com o de impotência individual, o qual caracteriza o holismo metodológico. A teoria evolucionária da ciência, segundo Kuhn, é exemplo do último, mas não apresenta traços do primeiro. Cataláticos fornecem um dos melhores exemplos do primeiro, sem traço algum do último.

Em minha interpretação, tanto contradições quanto odores provêm de tratamentos unidimensionais da realidade, de tentativas de aplicar diretamente ao real teorias ou doutrinas, ou mesmo visões, extremamente simplificadas e abstratas. São análises que não levam em conta aspectos cruciais do fenômeno, mas que são conduzidas como se o fizessem. São análises que sofrem do vício ricardiano. Não se considera devidamente a inevitável divisão progressiva de trabalho na medida em que a ciência evolui.

6. O *pedigree* ricardiano: o vício

A discussão de Harris sobre a matemática na economia, em particular sua série de citações de Keynes, mostra que ambos estavam conscientes deste problema das análises puras ou abstratas. Pode-se entrevê-lo numa de suas citações de Keynes (Harris, 1954:385):

“O professor Plank, de Berlim, o famoso criador da teoria quântica, certa vez observou-me que, mais cedo em sua vida, pensara em estudar economia, mas achou-a difícil demais! Ele podia certamente dominar todo o conhecimento da economia matemática em poucos dias. Não foi isso que quis dizer! Para a interpretação econômica, em sua forma superior, é necessário um amálgama de lógica, intuição e o amplo conhecimento de fatos, cuja maioria não é precisa. Isso é insuperavelmente difícil para aqueles que possuem mais o dom de imaginar e perseguir, até as últimas consequências, implicações e antecedentes de fatos relativamente simples...”

Parece razoável que a seguinte série de citações de Knight seja vista na mesma linha de raciocínio. O foco principal está nas limitações de modelos científicos do ser humano, e na necessidade de mantê-las bem presentes em qualquer discussão da realidade, “da sociedade e de seus problemas”, isto é, na aplicabilidade de teorias puras (Knight 1960):

“O conceito de homem econômico é válido e útil; é fundamentalmente verdadeiro que, em extensão importante, os homens se comportam economicamente, isto é, como homens econômicos. Mas também em extensão importante, eles não o fazem; a motivação é composta; eles agem de muitas maneiras distintas, e até parcialmente misturadas. A visão econômica do homem está longe de ser o todo da realidade humana, ou mesmo de uma descrição acurada onde é válida como descrição parcial, abstrata” (p. 71). “(...) duas espécies de homem — o homem político e o homem econômico — que habitam o mesmo corpo, juntamente com um bom número de outros homens de espécies distintas, bastante incompatíveis, mas coexistindo, e nenhum deles podendo ser ignorado na discussão da sociedade e de seus problemas” (p. 65). “(...) Para dizer agora um pouco mais sobre o irrealismo da teoria econômica pura

(...). Todas as ciências do homem e da sociedade estão envolvidas quando se pressiona mais e mais a questão [da ação social, da escolha pública, da decisão política] — particularmente história e, possível e até mais especialmente, ética” (p. 111).

Cabe observar a excelência de Knight tanto no espírito de *finesse* quanto no geométrico. Aqueles que só desenvolveram ou cultivaram o último ficam perdidos, incapazes de compreender suas “contradições”, “blablablá”, ou “conversa frouxa”. Uma segunda observação é sua defesa da validade e utilidade da construção de teorias ingênuas, unímodas, “simplistas”, não importando o grau de abstração envolvido, e assim legitimando para os “plankianos” um campo na economia, agora superlotado pelos economistas matemáticos.

É óbvio, entretanto, que Knight entende tais abstrações como uma especialização limitada, isto é, plankianos devem satisfazer-se apenas com as *idealizadas realidades econômicas*. Fora delas, o espírito geométrico é de fato não mais do que “conversa frouxa”, o que reverte o dito, e salienta conseqüências potencialmente perniciosas para a sociedade e seus problemas. Quando levado a sério na prática, o espírito geométrico usualmente gera ações procusteanas.

Relendo especialmente a primeira das citações de Knight, encontro apoio para concluir que se na física o correto é falar, com Popper, em verdade temporária, a mesma correção na economia exige que se fale em meia verdade temporária. Teorias econômicas puras deixam sempre de fora aspectos cruciais e potencialmente dominantes do fenômeno. A correspondente postura consciente do economista puro torna-se, então, informada pela máxima popular, “a meia verdade pode ser pior do que a pior mentira”: Debreu (1983:46) mantém a postura do físico, e parece perfeito naquelas alturas.

O problema maior dos cataláticos é o vício ricardiano, o hábito de falar sobre a realidade diretamente a partir de um nível de abstração ainda mais alto do que o do marginalista. Este *pedigree* ricardiano está presente na literatura catalática em grau extremo, e a ânsia de participar da política (veja a seção 2) responde, sem dúvida, pela maior parte disso. Em contraste, Knight encontra-se na tradição de Mill e Senior (Schumpeter, 1986:540-1):

“Senior, que era mais explícito no ponto do que qualquer outro, de fato disse que as conclusões do economista [puro] ‘não o autorizam a adicionar uma simples sílaba de conselho’ (...) Eles [Senior, Mill e outros] quiseram apenas dizer que as questões de política econômica envolvem sempre tantos elementos não-econômicos, que seu tratamento não deve ser feito na base de considerações puramente econômicas (...) poder-se-ia apenas desejar que os economistas daquele (como de qualquer outro) período nunca se esquecessem deste toque de sabedoria — nunca fossem culpados do vício ricardiano.”

Prestar a devida atenção às dimensões estruturais, sociológicas e psicológicas do fenômeno é da abordagem institucionalista. Para o economista puro, é um nível interdisciplinar que não deve “ser ignorado na discussão da sociedade e de seus problemas”. Isso poderia ser chamado de requisito knightiano de mudança de canal para aplicabilidade.

A precedência, contudo, aponta para Senior, que foi também o pioneiro no forçar a economia dentro do modelo hipotético-dedutivo (Schumpeter, 1986:484). Além disso, a importância da questão demanda que ela seja posta em termos de um princípio: sugiro a indeterminação de Senior.³ O vício ricardiano é o hábito de contorná-la.

³ Desenvolvi um programa de pesquisa sobre a indeterminação de Senior, cuja apresentação pode ser vista em Silveira (1994 ou 1995). Em Silveira (1994b), faço uma análise acessível ao meio acadêmico em geral, e indico como evolui para o tema através de uma seleção de trabalhos meus. Em Silveira (1993), comento autores e obras que marcaram esta evolução.

O requisito de mudança de ótica é comparativamente redundante para o economista social, porque muitos dos elementos interdisciplinares que formam parte integral das teorias sócio-econômicas estão dialogicamente incorporados. Pode-se exemplificá-lo, em aspectos e direções distintos, com trabalhos de Simon, Kuznets e também Georgescu-Roegen.

Kuznets foi um cientista aplicado (economista social) genuíno em seu comprometimento com o realismo que permite aplicabilidade. “Dentro da estrutura destes modelos [sócio-econômicos de Kuznets], presta-se atenção também aos fatores institucionais e não-econômicos — por exemplo, mudanças no crescimento da população, na tecnologia, na estrutura industrial e nas formas de mercado” (Ohlin, 1972:299).

A opção de Simon por satisfazimento, em vez de maximização, reflete sua posição sobre a indispensabilidade do “saber-como”, um requisito maior da abordagem do cientista aplicado (economista social) — veja, em particular, Simon (1979:289). O mesmo acontece para a insistência de Georgescu-Roegen na necessidade de reescrever a economia na base de tempo irrevogável, o princípio de Georgescu-Roegen, como denominado por Hicks (1976:135, 139, 143, 145-6, 149).

O nível de abstração no marginalismo é altíssimo, bastando lembrar que se leva em conta apenas a dimensão interesseira do comportamento humano, ou que se ignora o princípio de Georgescu-Roegen. Tem-se abstração ainda maior na catalaxia, em virtude de seu caráter de extensão a domínios não-econômicos. Isso é próprio do processo de teorização, e Pasinetti (1986:415) deu recentemente um bom testemunho.

Pasinetti descreveu realisticamente o processo em termos da necessidade de redução progressiva dos elementos básicos da teoria, a “ímpiedosa” omissão de “qualquer coisa que não se ajuste propriamente”. Extensões ou generalizações das teorias impõem-se inerentemente. As extensões são construídas “pela *moldagem*, através de uma série de hipóteses, do fenômeno sob investigação, de forma a fazê-lo sujeito a aplicações dos instrumentos analíticos em uso” (Pasinetti, 1986:420). Trata-se apenas de um bom testemunho, uma boa evidência empírica, pois não é original, nem é peculiar à economia (veja Kuhn, 1971:24).

A melhor explicação que posso proporcionar para as contradições cataláticas é o vício ricardiano. Lá das maiores alturas teóricas, cataláticos têm a temeridade de, passando por cima dos economistas sociais e aplicados, desempenhar o papel de economistas profissionais (vocábulo aqui usado em oposição a acadêmicos puros e aplicados).

Existe inclusive uma diferença de linguagem entre as três categorias. A lógica para o puro, a dialógica para o economista social ou aplicado, e a advocatícia para o profissional. Elaborei sobre a última. Em sua discussão de *Della moneta*, de Galiani, Pasinetti (1986:414) mostra o que chama de extraordinária antecipação dos elementos de ambas as teorias de valor, do jogo entre demanda e oferta, da lei de Engel etc. “Transportados por nossas teorias modernas, nós tendemos a ver contradições entre os vários princípios que ele [Galiani] tão marcadamente antecipou.” O mesmo comentário é aplicado aos trabalhos dos precedentes filósofos morais (Pasinetti 1986:411):

“Eles [os filósofos morais] não objetivavam propor teorias. Eles estavam tentando estabelecer padrões de comportamento ético. Dado este propósito, não era contraditória a tentativa de desenvolver vários argumentos separados, e não apenas um, desde que todos ajudassem, em casos e ocasiões distintas, a conseguir o efeito final. Longe de considerar estes vários elementos como mutuamente contraditórios, eles os viam como enriquecedores de suas discussões.”

Os economistas profissionais de hoje estão informando e desenvolvendo práticas governamentais e empresariais, o que requer o mesmo ecletismo de Galiani e filósofos morais. Eles

“advogam” soluções para problemas práticos, donde minha denominação de linguagem advocatícia. A genialidade dos precursores não é mais necessária, pois o conhecimento teórico é aprendido nas escolas, sendo esta a forma em que teorias, mutuamente conflitantes como sempre foram, ajudam a sociedade.

Economistas profissionais obtêm treinamento adicional no trabalho, onde aprendem de seus colegas sociólogos, cientistas políticos, psicólogos etc., assim como de políticos e empresários. Citando Lawson (1985:916), “de acordo com Keynes, conhecimento direto pode ser conseguido através do contato com ‘coisas, de várias espécies (...)’, sendo experiência, compreensão e percepção três formas de fazê-lo”.

Ao escreverem trabalhos de posicionamento político-econômico, não importa se nas questões de curto e longo prazos ou de estruturas, economistas acadêmicos estão assumindo o papel de profissionais, como os filósofos morais. Assim, muitas contradições nestes escritos podem ser igualmente dissolvidas. A dificuldade é maior quando o discurso normativo advocatício encontra-se misturado com desenvolvimentos positivos abstratos, e todas as outras “ciências do homem e da sociedade” (ver Knight) estão apenas ignoradas: este é o caso dos cataláticos.

7. Conclusão

A percepção humanista de Knight contrasta agudamente com o “pessimismo” dos cataláticos sobre a natureza humana. Sua constante consciência das limitações de construtos econômicos na discussão da realidade evidencia aceitação e prática de uma dimensão maior do institucionalismo. Quanto a esse aspecto, cataláticos e marxistas ortodoxos comungam na confiança exclusiva na motivação econômica, apesar da diferença nas unidades analíticas.

Quando “questões maiores” estão em pauta, a posição de Knight sobre a necessidade de formular ideais encontra uma forma operacional no construto de Simon, o homem administrativo, enquanto a concentração dos cataláticos na função redistributiva de governos é uma variante da perspectiva marxista. Cataláticos e marxistas compartilham também da ânsia de participar das decisões políticas, bem como do entendimento do trabalho acadêmico como meio de consecução de fins políticos, apesar das diferenças dos fins. Não há traços de Knight aqui.

Catalaxia é uma interpretação econômica da política, assim como da discriminação, do casamento, da religião etc. Cataláticos poderiam ter aceito o fato e mantido o subtítulo original de seu livro clássico. A propósito, penso que *O elogio da loucura* seria outro subtítulo igualmente adequado, em vista dos problemas expostos.

As recorrentes citações de Knight são enganadoras e como tais devem ser tidas na história do pensamento econômico. Desenvolvi duas explicações para o fato: uma tentativa subreptícia de legitimar a catalaxia (uma interpretação econômica) e uma tentativa de “esconderem de si mesmos e dos outros a distância total do golfo que os separa dele” (uma interpretação psicológica *à la* Schumpeter).

Fenômenos econômicos apresentam diferenciados graus de complexidade e mudança. Tratá-los com a “estreiteza da lógica clássica” é ter limitações bem superiores ao que se observa no caso da mecânica quântica. Contradições resultam do uso da lógica formal nas ciências aplicadas. A linguagem apropriada é a dialógica, a condução do raciocínio com atenção para a vaguidade com que a realidade se apresenta.

“Mudança de canal” é uma forma intelectualmente pouco satisfatória de “montar” construtos distintos, ou teorias mutuamente inconsistentes, mas internamente consistentes, tanto dentro da economia quanto no plano das ciências sociais. Ocorre o mesmo nas ciências naturais. Engenheiros o fazem todo o tempo, os profissionais no uso de teorias aplicadas desconexas, teorias desenvolvidas pelos cientistas da engenharia, que podem até aspirar pela unidade das ciências, mas que estão preparados para mudarem de canal na consecução de seu comprometimento primeiro com a aplicabilidade.

As contradições de Galiani não o são no caso do trabalho prático de profissionais. O espírito geométrico de Plank não tem conseqüências perniciosas ou procusteanas na teoria pura de aplicabilidade indireta apenas; pelo contrário, é a forma eficiente de operar naquelas alturas. Evitar de olhar bem abaixo para a realidade é o problema.

O dualismo de Knight não incorpora inerentes dificuldades, vertigens não ocorrem quando se possui também a habilidade de seguir, parcialmente que seja, preceitos institucionalistas. Espírito de *finesse* é o requisito, e seu cultivo significa história e cultura, social e filosófica em particular.

Cataláticos mudam de canal, mas condenam a mesma prática em outros. A realizada extensão do marginalismo foi um desempenho maior no campo da economia pura, cujos praticantes, como os físicos, mantêm comprometimento primeiro com a teoria, com os requisitos de Occam. Mas cataláticos são adictos do vício ricardiano, incapazes de aceitar o que pode ser denominado indeterminação de Senior: questões de política ou estrutura econômica envolvem tantos elementos não-econômicos que não podem ser tratadas na base de considerações puramente econômicas.

Lembrando a ânsia de participar da política, pode-se compreender o drama do dualismo catalático: sendo Plank-Galiani, um espírito geométrico inteiramente perdido quando questões práticas estão em pauta. Contrastando, o economista Kuznets-Galiani pode melhor perceber a realidade, a partir de sua mais razoável altitude.

Catalaxia é outra ferramenta da caixa marginalista. Se se trata ou não de uma “caixa de truques”, como no caso alternativo da teoria objetiva do valor, depende da predominância do espírito geométrico fora do domínio teórico puro. Parece-me que esse problema é passageiro, ou que não é da permanência que Joan Robinson pensou (Harcourt, 1989). Refrescando a memória, caixa de ferramentas “é a expressão insuperavelmente feliz de Mrs. Robinson” (Schumpeter, 1986:15). “Caixa de truques” é outra, se entendida dentro do contexto modificado aqui desenvolvido.

Referências bibliográficas

Baranzini, Mauro & Scazzieri, Roberto. Knowledge in economics: a framework. In: ——— & ——— (orgs.). *Foundations of economics: structures of inquiry in economic theory*, New York, Basil Blackwell, 1986.

Brunner, Karl. Reflections on the political economy of government: the persistent growth of government. *Schweizerische zeitschrift fur volkswirtschaft und statistik* (Heft 3): 649-80, 1978.

——— & Meckling, William H. The perception of man and the conception of government. *Journal of Money, Credit, and Banking*, 9:70-85, Feb. 1977.

Buchanan, James M. *Liberty, market and the State: political economy in the 1980s*. New York, New York University Press, 1985.

- & Tullock, Gordon. *The calculus of consent: logical foundations of constitutional democracy*. Michigan, University of Michigan Press, 1965.
- . The Constitution of economic policy. In: *Les prix Nobel en 1986*. Stockholm, Nobel Foundation, 1987.
- . The economic theory of politics reborn. *Challenge*, 31:4-10, Mar./Apr. 1988.
- Debreu, Gerard. Discours des lauréats. In: *Les prix Nobel en 1983*. Stockholm, Nobel Foundation, 1984.
- Erasmus, Desiderius. *The praise of folly*. New Haven, Yale University Press, 1979.
- Georgescu-Roegen, Nicholas. *Analytical economics*. Cambridge, MA, Harvard University Press, 1967.
- Hahn, Frank. *Equilibrium and macroeconomics*. Oxford, Basil Blackwell, 1984.
- Harcourt, Geoffrey C. Joan Robinson's early views on method. *History of political economy* (no prelo).
- Harris, Seymour E. A postscript by the editor. In: Samuelson, P. A. et alii, *Mathematics in economics: discussion of Mr. Novick's article*. *Review of economics and statistics*, 36:382-6, Nov. 1954.
- Hayek, Friedrich A. von. *Law, legislation and liberty, I: rules and order*. Chicago, University of Chicago Press, 1973.
- Heisenberg, Werner. *Physics and philosophy*. London, George Allen & Unwin, 1963.
- Hicks, John R. Some questions of time in economics. In: *Evolution, welfare, and time in economics: essays in honor of Georgescu-Roegen*, Lexington, MA, Lexington Books, 1976.
- . Revolutions in economics. In: Latsis, S. J. (ed.). *Methods and appraisal in economics*. Cambridge, Cambridge University Press, 1980.
- Johnson, Harry G. The Keynesian revolution and the monetarist counter-revolution. *American Economic Review*, 61:145-62, May 1971.
- Kaysen, Carl. A revolution in economic theory? *Review of Economic Studies*, 14:1-15, 1946-7.
- Knight, Frank H. *The ethics of competition and other essays*. London, Allen & Unwin, 1936.
- . *Intelligence and democratic action*. Cambridge, MA, Harvard University Press, 1960.
- Kuhn, Thomas S. The structure of scientific revolutions. Chicago, University of Chicago Press, 1971.
- Lawson, Tony. Uncertainty and economic analysis. *Economic Journal*, 95:909-27, Dec. 1985.
- March, James G. & Simon, Herbert A. *Organizations*. New York, John Wiley & Sons, 1959.
- Ohlim, Bertil. Speech on the Nobel laureate. In: *Les prix Nobel en 1971*. Stockholm, Nobel Foundation, 1972.
- Pasinetti, Luigi L. Theory of value: a source of alternative paradigms in economic analysis. In: *Foundations of economics: structures of inquiry in economic theory*, New York, Basil Blackwell, 1986.
- Popper, Karl R. *Lógica das ciências sociais*. Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro / Universidade de Brasília, 1978.
- Reder, Melvin W. Chicago economics: permanence and change. *Journal of Economic Literature*, 20:1-38, Mar. 1982.
- Schumpeter, Joseph A. Science and ideology. *American Economic Review*, 39:345-59, Mar. 1949.
- . *History of economic analysis*. London, Allen & Unwin, 1986.
- Senior, Nassau William. *An outline of the theory of political economy*. London, Kimble & Bradford, 1938.

Silveira, Antonio M. Wagner e Schmoller sob a luz da indeterminação de Senior. *Estudos Econômicos*, 23:319-45, maio/ago. 1993.

———. *Estudos sobre a indeterminação de Senior*. Rio de Janeiro, EPGE/FGV, 1994a. (Ensaio Econômico, 230.)

———. Teorias econômicas: a meia verdade temporária. *Revista Brasileira de Economia*, 48:203-16, abr./jun., 1994b.

———. Por uma ciência econômica filosoficamente informada: a indeterminação de Senior. Rio de Janeiro, IEL/UFRJ, 1995. mimeog.

Simon, Herbert A. *Models of man*. London, Chapman & Hall, 1957.

———. Rational decision making in business organizations. In: *Les prix Nobel en 1978*. Stockholm, Nobel Foundation, 1979.

———. *Models of my life*. USA, Basic Books, 1991.

Stigler, George F. The influence of events and policies in economic theory. *American Economic Review*, 50:36-45, May 1960.

———. The process and progress of economics. In: *Les prix Nobel en 1982*. Stockholm, Nobel Foundation, 1983.

Apêndice

Simon comenta Knight

Escrevi ao prof. Simon sobre meu ponto na disputa satisfazimento versus maximização ("Knight soa mais como um precursor de Simon"), perguntando-lhe também sobre seus professores na Universidade de Chicago (já sabia da admiração dele por Knight, de conversação pessoal). Sou-lhe grato pela atenção, e sinto-me honrado em reproduzir abaixo as passagens apropriadas da resposta.

"Li *Risk, uncertainty and profit* enquanto estava em Chicago, mas nunca fiz um curso com Knight (Ele e Viner alternavam-se no curso teórico da pós-graduação. Comecei com Viner, mas achei-o arrogante. Parecia gastar todo seu tempo questionando se preço dependia de valor ou de custo, e eu já havia aprendido de Walras que existiam $2n$ variáveis e $2n$ equações, e que portanto a questão não fazia sentido. Larguei então o curso de Viner.) Assim, minha única teoria foi o curso intermediário de Henri Simons, que era ótimo no prover as ferramentas da análise marginalista e a forma do seu uso.

Mas voltemos a Knight. Encontrava-o socialmente com muita frequência, especialmente quando retornei a Chicago na década de 40, pois tínhamos vários amigos em comum, e havia me tornado muito afeiçoado a ele. Suas citações na seção 4 o caracterizam muito vívida e precisamente. Ele estava muito longe de ser um verdadeiro crente, em *laissez-faire*, ou qualquer coisa além. Pelo contrário, mostrava-se dominado por um ceticismo abrangente, mas que se manifestava agradavelmente. Era ceticismo, não pessimismo, pois embora não mantivesse qualquer grande esperança de que as ciências sociais soubessem como aperfeiçoar a condição humana, ele também não pensava que tudo estava perdido. Acredito que o ceticismo dele a respeito de reformas sociais foi frequentemente mal-interpretado pelos *chicagoanos* como fé na religião do *laissez-faire*. Parece-me que isso é um desentendimento grosseiro sobre o que de fato acreditava. Sua análise é muito mais próxima do correto.

Knight provalmente não teve maior influência em minha maneira de pensar, antes de eu ter escrito *Administrative behavior*. Você pode vê-lo citado favoravelmente na página 74

(quando expressa reservas sobre a teoria neoclássica) e nas páginas 250-52 (em que há concordâncias e discordâncias parciais sobre questões metodológicas). Se tivesse de dar palpite sobre um impacto que pudesse ter tido em mim, seria no de reforçar uma convicção: a teoria de racionalidade tinha de lidar não apenas com risco e incerteza, no sentido comum, mas também com a forma particular de incerteza que aparece na interação de indivíduos com objetivos parcialmente conflitantes, incerteza teórica de jogos. Eu certamente não faria objeções ao pensamento de ter em Frank Knight um predecessor espiritual.”